

Relatório Completo 30/09/2015 às 15:22:29

Total de (11) Proposições.

PL 2969/2015

Autor: Deputado Newton Cardoso Jr - PMDB/MG

Relator:

Status: em análise

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	veículos aéreos não tripulados de emprego militar modificado em 30/09/2015 às 15:19
O que é	Esta lei torna obrigatório o registro de veículos aéreos não tripulados (VANT) de emprego militar. modificado em 30/09/2015 às 15:19
Situação	29/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Indeferido o Requerimento n. 3.022/2015, conforme despacho do seguinte teor: " Declaro prejudicado, nos termos do art. 164, I, do RICD, o Requerimento n. 3.022/2015, tendo em vista que o Projeto de Lei n. 2.969/2015 e o Projeto de Lei n. 16/2015 já tramitam conjuntamente. Publique-se. Oficie-se." modificado em 30/09/2015 às 15:19
Nossa Posição	modificado em 30/09/2015 às 15:19

PL 1458/2015

Autor: Deputado Lucio Vieira Lima - PMDB/BA

Relator:

Status: em análise

Tema: Configuração de Aeronaves

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	modificado em 29/09/2015 às 12:46
O que é	"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuito interno de câmera de vídeo, como equipamento obrigatório de segurança em aeronaves pertencentes às empresas brasileiras de aviação comercial e dá outras providências". modificado em 29/09/2015 às 12:46
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:46
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:46

PL 838/2011

Autor: Deputado Felipe Bornier - PHS/RJ

Relator:

Status: em análise

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:34

O que é

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que "Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica", para vedar a cobrança pelo consumo de água potável nas aeronaves comerciais.
modificado em 29/09/2015 às 12:34

Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:34

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:34

PDC 812/2013

Autor: Deputado Jovair Arantes - PTB/GO

Relator:

Status: em análise

Tema: Administração Aeroportuária

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

concessão de áreas operacionais aeroportos da rede INFRAERO
modificado em 29/09/2015 às 12:33

O que é

Susta os efeitos do Ato Administrativo INFRAERO nº 3139/PR/2012, de 18 de setembro de 2012, que institui procedimento normativo para a concessão de áreas operacionais destinadas às atividades próprias das empresas prestadoras de serviço aéreos públicos nos aeroportos da rede Infraero.
modificado em 29/09/2015 às 12:33

Situação

08/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)
Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-145/2015.
modificado em 29/09/2015 às 12:33

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:33

PLS 516/2015

Autor: Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Relator:

Status: em análise

Tema: Outros Projetos

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	CBA modificado em 29/09/2015 às 12:27
O que é	Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir que companhias aéreas de países do Mercosul operem no Brasil. modificado em 29/09/2015 às 12:27
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:27
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:27

PLS 411/2015

Autor: Senador Ciro Nogueira (PP-PI)

Relator:

Status: em análise

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	acompanhamento de cão guia modificado em 29/09/2015 às 12:26
O que é	Altera a Lei nº 11.126/2005, que dispõe sobre cão-guia, para estender aos portadores de outras deficiências o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Classificação: relações modificado em 29/09/2015 às 12:26
Situação	modificado em 29/09/2015 às 12:26
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:26

PLS 394/2013

Autor: Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)

Relator:

Status: em análise

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco	comércio eletrônico modificado em 29/09/2015 às 12:24
O que é	<p>Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer regras à prestação de informações por parte do consumidor no âmbito do comércio eletrônico e dá outras providências.</p> <p>Altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), para determinar que, nas transações via internet, as empresas não poderão exigir do consumidor informações pessoais além de nome, endereço, número de telefone, de CPF ou CNPJ ou carteira de identidade e dados do cartão de crédito ou débito, quando for a forma de pagamento, sob pena de bloqueio do domínio da respectiva página eletrônica na internet.</p> <p>modificado em 29/09/2015 às 12:24</p>
Situação	<p>08/09/2015 - Encaminhado à publicação o Parecer nº 698, de 2015 ? CCJ, Relator Senador Ricardo Ferraço, pela aprovação dos PLS 281/2012 e 283/2012, com acolhimento das emendas nº 35 e 44 (rejeição das emendas nº 33 e 34). 02/09/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 23ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Ricardo Ferraço, que passa a constituir o Parecer da CCJ</p> <p>10</p> <p>favorável ao PLS 281/2012, nos termos da Emenda nº 36-CCJ (Substitutivo), e ao PLS 283/2012, nos termos da Emenda nº 45-CCJ (Substitutivo), e: - pelo acolhimento da Emenda nº 35 ao PLS 281/2012 e da Emenda nº 44 ao PLS 283/2012; - pela rejeição das Emendas nº 33 e 34 ao PLS 281/2012; - pela prejudicialidade dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 6/2011, PLS 271/2011, PLC 106/2011, PLS 439/2011, PLS 222/2012 e PLS 371/2012; - com voto contrário aos seguintes projetos de lei anexados: PLS 458/2012 e PLS 277/2013; - pelo acolhimento das ideias básicas, que passam a integrar os Substitutivos, dos seguintes projetos de lei anexados: PLS 197/2012, PLS 394/2013 e PLS 509/2013; e - pelo desapensamento dos seguintes projetos: PLS 65/2011, PLS 452/2011, PLS 460/2011, PLS 463/2011, PLS 470/2011, PLS 97/2012, PLS 209/2012, PLS 397/2012, PLS 413/2012, PLS 457/2012, PLS 459/2012, PLS 464/2012, PLS 24/2013 e PLS 392/2013. Aprovado o Requerimento nº 19, de 2015-CCJ, de urgência para matéria. À SCLSF, para prosseguimento da tramitação.</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 14:36</p>
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:24

PL 2724/2015

Autor: Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE)

Relator:

Status: em análise **Tema:** Capital Estrangeiro **Prioridade:** Não **Notas Técnicas:** Não

Foco	capital estrangeiro modificado em 29/09/2015 às 12:22
O que é	Eleva a participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo. modificado em 29/09/2015 às 12:22
Situação	<p>23/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Apresentação do Requerimento n. 107/2015, pela Deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ), que: "Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 2.724/2015, do Sr. Carlos Eduardo Cadoca que modifica o artigo 181 da Lei 7565, de 1986, para elevar a participação do capital estrangeiro com direito a voto das empresas de transporte aéreo". Inteiro teor</p> <p>- Aprovado requerimento.</p> <p>- Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p> <p>11/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 14/09/2015).</p> <p>10/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Designada Relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ).</p> <p>08/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Recebimento pela CVT. Aguardando designação do relator.</p> <p>modificado em 30/09/2015 às 12:05</p>
Nossa Posição	modificado em 29/09/2015 às 12:22

PL 274/2015

Autor: Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

Relator:

Status: em análise

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:18

O que é

Altera a Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, atribuindo à entidade competência relacionada ao transporte de animais domésticos.

modificado em 29/09/2015 às 12:18

Situação

24/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-534/2015, PL-921/2015 apensadas. Aguardando designação do relator.

23/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Aprovado por Unanimidade o Parecer.

09/09/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.

27/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões a partir de 28/08/2015).

26/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Parecer da Relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), pela aprovação deste, do PL 534/2015, e do PL 921/2015, apensados, com substitutivo. Inteiro teor

27/05/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas. 13/05/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição.

27/02/2015 - Às Comissões de Viação e Transportes e Constituição e Justiça e de Cidadania.

modificado em 30/09/2015 às 12:02

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:18

PL 3568/2008

Autor: Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

Relator:

Status: em análise

Tema: Relações de Consumo

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:10

O que é

Assegura o livre acesso do portador de deficiência visual a locais públicos e privados de quaisquer natureza, bem como em qualquer meio de transporte, acompanhado de seu cão guia.

modificado em 29/09/2015 às 12:10

Situação

17/08/2015 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência Publicado

no DCD de 18/08/2015, Letra B.
modificado em 29/09/2015 às 12:10

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:10

PL 2799/2000

Autor: Deputado Jair Bolsonaro (PPB/RJ)

Relator:

Status: em análise

Tema: Aeronautas e Aeroviários

Prioridade: Não

Notas Técnicas: Não

Foco

modificado em 29/09/2015 às 12:08

O que é

Inclui como crime o descumprimento de instrução recebida de tripulante que possa ameaçar a segurança da embarcação ou aeronave ou causar dano à saúde e à integridade das pessoas a bordo.

modificado em 29/09/2015 às 12:08

Situação

19/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-291/2015.

Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-291/2015

modificado em 29/09/2015 às 12:08

Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:08